PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAUEIRA
MAIS TRABALHO, NOVAS OPORTUNIDADES

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA

C.N.P.J. 06.554.091/0001-93

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA
Folha n 190
Proc. n 2461/23
Ass n

CONTRATO 224-2023

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA E A EMPRESA SG PROJETOS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o n° 06.554.091/0001-93, com sede na Avenida Getúlio Vargas n° 303, Centro – Itaueira - PI. por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CNPJ N° 06.072.960/0001-43 neste ato representado pela Srª GILCEANE DE MOURA LUZ, Secretaria Municipal, CPF n° 012.425.533-71, doravante denominada de CONTRATANTE e a empresa empresa **SG PROJETOS**, CNPJ N° 37.162.017/0001-55, com sede na Rua Adao Leitao, S/N - Alto Sereno I, Itaueira/PI, por intermédio de seu representante legal, o Sr. LINDONJANCE SOUSA SILVA, portador do CPF 063.863.583-76, doravante denominada CONTRATADA, adiante firmado, consoante os termos do que integra este ajuste, fazem-se presentes parao fim especial de celebrarem o presente instrumento, nos termos da Lei nº 8.666 de 21de junho de 1993, e suas atualizações, tendo em vista o que consta do PREGÃOELETRÔNICO **Nº 025/2023 - PMI/ITAUEIRA**, e as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1. Este Contrato decorre do PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2023 - PMI, e fundamenta-se nas Leis: Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pelas Leis, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MARKETING DIGITAL, CONSISTENTE NO TRATAMENTO DE CONTEÚDO PUBLICITÁRIO AUDIOVISUAL (FOTO, ÁUDIO E VÍDEO) E GESTÃO DE REDES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE ITAUEIRA/PI.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. A Contratante obriga-se a pagar pelo objeto descrito na cláusula anterior, a Importância de R$ 15.180,00 (quinze mil, cento e oitenta reais), conforme a planilha babaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	SERVIÇOS ADICIONAIS DE FOTOGRAFIA PROFISSIONAL TERRESTRE CONSTANDO DE FOTO NA RESOLUÇÃO FULL HD E 4K; FOTOGRAFIA PROFISSIONAL AÉREA CONSTANDO DE FOTO NA RESOLUÇÃO EM FULL HD; FILMAGEM PROFISSIONAL TERRESTRE CONSTANDO DE GRAVAÇÃO	SERVIÇO	24	R$ 250,00	R$ 6.000,00

LINDONJANCE SOUSA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA
Folha n. 191
Proc. n. 2461/23
Ass. n.

	EM FULL HD E 4K; ARMAZENAMENTO E TRATAMENTO DE EDIÇÃO DE CONTEUDO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE LOCAL DE APOIO PARA GRAVAÇÕES E FOTOS; PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DE BANNERS DIGITAIS COM TEXTOS INFORMATIVOS, FOTOS, VÍDEOS, LINKS DIRECIONADOS E ANIMAÇÕES 2D E 3D; EDIÇÃO E TRATAMENTO DE FOTOS E VIDEOS EDITADAS EM SOFTWARE EDITOR PROFISSIONAL; PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS OUTROS GRÁFICOS TAIS COMO ARTES PARA DOCUMENTOS, CAMISETAS, CABEÇALHOS E AFINS. DESPESAS EXTRAS E DE DESLOCAMENTO NO TERRITÓRIO DO MUNICIPIO POR PARTE DA CONTRATADA (DIA TRABALHADO)				
3	SERVIÇOS DE APOIO MIDIATICO A EVENTOS, REUNIOES, PALESTRAS, RECEPÇOES OU CAMPANHAS; COBERTURA; TRANSMISSÃO AO VIVO; ENTREVISTA; APRESENTAÇÃO; NARRAÇÃO E OU SERVIÇOS CORRELATOS A ATIVIDADES REALIZADAS PELA ENTIDADE E SUAS SECRETARIAS. SERVIÇO A SER PRESTADO POR TRÊS COLABORADORES EM DISPONIBILIDADE INTEGRAL CONFORME DEMANDA. DESPESAS EXTRAS E DE DESLOCAMENTO NO TERRITÓRIO DO MUNICIPIO POR PARTE DA CONTRATADA (DIA TRABALHADO)	SERVIÇO	36	R$ 255,00	R$ 9.180,00
TOTAL GLOBAL: R$ 15.180,00					

§ 1° - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, no prazo de até 30 (trinta)dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.

§ 2° - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e perante o

FGTS - CRF.

§3° - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4° - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5° - Não haverá reajuste de preços durante o período contratado; todavia, se durante o período contratual ocorrer acréscimo ou redução dos valores dos mesmos, determinados pelo Governo Federal e em conformidade com a legislação pertinente, os preços do Contrato serão readequados, a fim de manter o seu equilíbrio econômico-financeiro, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRADADA, da razão que autorizou o referido aumento/redução e utilizando-se os mesmos índices/percentuais utilizados/autorizados pelo Governo Federal;

§6° - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7° - Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

VINICIUS JANCÉ SOUSA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA
Folha n 192
Proc. n 2466/23
Ass.

§8° - Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficandoassegurado à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento da Prestação de Serviços efetivamente prestados e atestados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

4.1. A CONTRATADA SE OBRIGA A:

4.1.1. Garantir a execução do objeto do presente contrato conforme especificações eobrigações dispostas no ANEXO II – Termo de Referência do Edital que deu origem ao presente contrato, observando as condições ajustadas e especificações exigidas, cumprindo fielmente os termos deste instrumento e da Proposta apresentada, bem como obedecer aos parâmetros e rotinas estabelecidos de acordo com as recomendaçõesaceitaspela boa técnica, normas e legislações;

§ 1° - O fornecimento do objeto do Contrato, deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, por meramente estimativos, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1°da Lei n°. 8.666/93.

4.2. A ADMINISTRAÇÃO SE OBRIGA A:

4.2.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei n° 8.666/93.

4.2.2. Fiscalizar e acompanhar o andamento da execução do contrato.

4.2.3. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com ofornecimento do objeto do Contrato.

4.2.4. Providenciar o pagamento à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.

4.2.5. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Contrato terá vigência de 12(doze) meses, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto ser prorrogado em razão de interesse públicopoderá as partes celebrar Termos Aditivos ao contrato, baseados nos artigos. 57 e 65, da lei 8.666/93, os quais, depois de aprovados, passarão a integrar o presente.

CLÁUSULA SEXTA – DA FONTE DE RECURSOS

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão pelo orçamento do Município, exercíco de 2023.

6.2. Caso haja prorrogação, os recursos para execução dos serviços contratados serão alocados no orçamento do exercício respectivo.

LINDOMAR ALVES SOUSA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA
Folha n 193
Proc. n 2406/23
Ass.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos definidos neste Edital e inclusive de seus anexos, em especial aos termos definidos no Termo de Referência, sujeitar-se-á a licitante vencedora à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, limitadoa 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ou da nota de empenho.

7.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração Municipal poderá garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência será comunicada por escrito, por meio de ofício, sobre a existência defaltas leves, relacionadas com a execução do objeto da licitação.

7.2.2. Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do empenho, no caso dalicitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

7.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, que serão fixados pelo ordenador de despesas, a depender da falta cometida.

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.3. A licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar- se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública na forma do Art. 7º. Da Lei 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo o PMI - Itaueira, descontar o seu valor da Garantia Contratual, quando houver, descontar de eventuais pagamentos devidos à licitante, cobrar administrativa ou judicialmente, pelo processo de execução fiscal, com os respectivos encargos previstos em lei.

7.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva ciência.

7.6. Se o motivo da inexecução das obrigações ocorrer por comprovado impedimentoou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo PMI - Itaueira, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

7.7. Ocorrendo qualquer possibilidade de se exceder o limite percentual previsto no subitem 7.1, essa situação consistirá em motivo para que o PMI - Itaueira, rescinda unilateralmente o contrato, independentemente da aplicação das outras penalidades previstas no "caput".

7.8. As sanções previstas no "caput" poderão ser aplicadas simultaneamente, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.9. Pela recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato e retirada da nota de empenho, conforme disposto no item 14.2 do instrumento convocatório, ser-lhe- á aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor global de sua Proposta de Preços, garantida a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 A rescisão das obrigações decorrentes do presente Contrato se processará de acordo com o que

Ludomarcé Sousa Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA
Folha n 194
Proc. n 2464/23
Ass n

estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, conforme se vê abaixo:

8.2 A ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão deste Contrato.

8.3 O não cumprimento dos termos estabelecidos no Item 04 deste Contrato e seus subitens, ensejará a rescisão contratual.

8.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.5 A rescisão, administrativa ou amigável, será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.6 A rescisão determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos incisos II e IV do art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

8.7 Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a Administração contratar a licitante classificadas em colocação subsequente, observadas as disposições do inc. XI do art. 24, da Lei nº 8.666/93 ou efetuar nova Licitação.

8.8 Constituem motivos para rescisão do Contrato:

8.9 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos.

8.10 O atraso injustificado no início da Prestação de Serviços proposto.

8.11 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

8.12 A prática reiterada de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

8.13

8.1.1. A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil.

8.1.2. A alteração social ou a modificação de finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato.

8.1.3. O protesto de título ou emissão de cheques sem suficiente provisão que caracterizem a insolvência da contratada.

8.1.4. O interesse público, devidamente justificado.

8.1.5. A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra.

8.1.6. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

8.1.7. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

9.1. Fazem parte integrante e indissolúvel do presente contrato, como se nele efetivamente transcritos estivessem, os documentos a seguir relacionados do inteiro conhecimento das partes contratantes pelas mesmas devidamente rubricadas:

9.1.1. O Edital do Pregão nº 025/2023 - PMI e todos os seus anexos.

9.1.2. A proposta da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO(Art.67, Lei Nº 8.666/93).

LINDOMBERGO SOUSA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUEIRA
Folha n 175
Proc. n 2461/23
Ass n

10.1 Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei Nº 8.666/93 a administração designará fiscal de contrato, o qual será responsável pelo acompanhamento da execuçãodos serviços.
10.2 À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.
10.3 A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. Todas as comunicações entre as partes, que impliquem em solicitação da Prestação de Serviços, controle de atendimento, reclamação, ou qualquer outra ocorrência digna de registro, serão feitas por escrito.
11.2. O presente contrato admite alterações, mediante termo aditivo, na forma do estabelecido no artigo 65 da Lei Nº 8.666/1993.
11.3. Passam a integrar o presente Contrato, para todos os efeitos legais, como se aqui estivessem transcritos, o Edital de Pregão nº 025/2023- PMI, seus anexos e a proposta da Contratada.
11.4. Caberá a CONTRATANTE a publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial, nos termos do § único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.
11.5. A CONTRATADA responderá por toda e qualquer responsabilidade, mesmo que aqui não esteja descrita, mas que a legislação ou a aplicação deste contrato assim o impuser.
11.6. Fica eleito o Foro da cidade de Itaueira/PI para dirimir as questões oriundas deste termo, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualqueroutro, por mais privilegiado que o seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustado e contratado após lido e achado conforme, as partes, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Itaueira/PI, 11 de setembro de 2023.

GILCEANE DE MOURA LUZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura
CONTRATANTE

LINDONJANCE SOUSA SILVA
SG PROJETOS
CNPJ Nº 37.162.017/0001-55
LINDONJANCE SOUSA SILVA
CPF 063.863.583-76
CONTRATADA